RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

Reabilitação Adaptativa na Arquitetura: Patrimônio, Desempenho e Continuidade de Uso

Adaptive Reuse in Architecture: Heritage, Performance and Continuity of Use

Rehabilitación adaptativa en arquitectura: patrimonio, rendimiento y continuidad de uso

Patricia Simone Bastos Belletato

• *Arquiteta e Urbanista*
• *Graduada em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF, 1996*
• *Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF, 2011*
• *Especialista em Arquitetura Hospitalar — INBEC/UNICID*
• *Mestre em Arquitetura pela Universidade de Lisboa, 2023*

Resumo

A reabilitação adaptativa transcende a mera requalificação estética ou funcional de edifícios preexistentes; ela se consolida como o mecanismo primário de manutenção da habitabilidade ao longo do curso de vida. Este artigo avança a discussão teórica e metodológica da reabilitação ao vinculá-la indissociavelmente à continuidade de uso e à mitigação de vulnerabilidades na interação pessoa-ambiente. O estudo propõe um reposicionamento autoral que integra as necessidades de *ageing in place* à preservação do tecido histórico e social. Adota-se uma metodologia de revisão crítica estruturada para desenvolver um framework decisório inédito em sete dimensões, capaz de balizar intervenções em edifícios existentes. Conclui-se que a continuidade arquitetônica é ineficaz se não suportar a continuidade humana, demandando intervenções que equilibrem compatibilidade material com flexibilidade e inclusão funcional.

Palavras-chave: Reabilitação adaptativa; Continuidade de uso; Habitabilidade; *Ageing in place*; Arquitetura existente; Interação pessoa-ambiente.

Abstract

Adaptive reuse transcends the mere aesthetic or functional requalification of pre-existing buildings; it consolidates itself as the primary mechanism for maintaining habitability across the life course. This article advances the theoretical and methodological discussion of rehabilitation by inextricably linking it to the continuity of use and the mitigation of vulnerabilities in the person-environment interaction. The study proposes an authorial repositioning that integrates the needs of ageing in place with the preservation of the historical and social fabric. A structured critical review methodology is adopted to develop a novel seven-dimension decision framework capable of guiding interventions in existing buildings. It concludes that architectural continuity is ineffective if it does not support human continuity, demanding interventions that balance material compatibility with functional flexibility and inclusion.

Keywords: Adaptive reuse; Continuity of use; Habitability; Ageing in place; Existing architecture; Person-environment interaction.

1. Introdução: O Problema da Continuidade Arquitetônica e Humana

A arquitetura contemporânea enfrenta o desafio imperativo de intervir no estoque construído existente, afastando-se do paradigma da tabula rasa. Edifícios outrora centrais para a dinâmica urbana, como antigas estruturas industriais ou residenciais, frequentemente entram em ciclos

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

de obsolescência funcional, não por falência de sua matéria, mas por descompasso com as novas exigências sociais e demográficas. A reabilitação adaptativa surge, neste contexto, não apenas como uma alternativa sustentável à demolição, mas como uma estratégia estrutural para a reativação de valor e significado no ambiente construído.

O problema científico que orienta esta investigação, contudo, é substancialmente mais específico e crítico do que a defesa genérica da reutilização de edifícios. O interesse reside em investigar como a reabilitação de estruturas preexistentes pode atuar como vetor para a continuidade de uso e a manutenção da habitabilidade ao longo de todo o curso de vida humano. A intervenção arquitetônica não pode ser resumida à preservação da "casca" histórica enquanto o seu interior exclui sistematicamente perfis demográficos vulneráveis, falhando em adaptar-se às mudanças inerentes ao envelhecimento populacional.

Existe uma lacuna profunda na literatura arquitetônica que frequentemente fragmenta a análise: estuda-se a reabilitação patrimonial sob a ótica da conservação da matéria (foco no edifício) e estuda-se a acessibilidade e a gerontologia sob a ótica da saúde (foco na pessoa). Este artigo propõe a fusão destas duas dimensões. Argumenta-se que a continuidade material do edifício só alcança seu valor pleno quando alicerça a continuidade humana, prevenindo que as adaptações gerem gentrificação funcional ou inviabilizem o *ageing in place* no território de origem.

A pergunta norteadora que estrutura este manuscrito é: como a reabilitação adaptativa pode conciliar o valor patrimonial, o desempenho ambiental e a habitabilidade, assegurando a continuidade de uso sem aprofundar desigualdades espaciais e sem confiscar a autonomia do indivíduo idoso? Para responder a este inquérito, faz-se necessário transcender a visão do edifício como mero ativo imobiliário ou relíquia histórica, reposicionando-o como suporte dinâmico da vida humana mutável.

Como objetivo central e contribuição autoral, o artigo desenvolve um framework decisório em sete dimensões interligadas. Este instrumento metodológico, inédito em sua articulação com a vulnerabilidade de habitabilidade, visa parametrizar as intervenções em preexistências. A proposta organiza critérios, expõe os conflitos e trade-offs operacionais e oferece uma base sólida e reprodutível para que arquitetos e gestores possam avaliar a eficácia inclusiva de uma reabilitação adaptativa.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

2. Enquadramento Conceitual e Limites Terminológicos

O campo da intervenção em preexistências sofre de crônica imprecisão semântica, o que inviabiliza a consolidação de metodologias científicas rigorosas. Termos como conservação, restauração, adequação e reforma são frequentemente utilizados como sinônimos intercambiáveis no jargão profissional. No entanto, para estruturar um framework metodológico aplicável e reprodutível, é mandatório estabelecer distinções terminológicas claras que reflitam o grau de intervenção, o objetivo funcional e a abordagem patrimonial adotada pelo projeto.

A expressão *adaptive reuse* (reabilitação adaptativa ou reuso adaptativo) designa a prática holística de atribuir uma nova função (ou perpetuar uma função em novas bases operacionais) a um edifício existente, cuja função original se tornou obsoleta. Este conceito difere da mera "renovação", pois implica frequentemente uma mudança radical no programa arquitetônico, mantendo-se, no entanto, a leitura histórica da volumetria, da espacialidade ou dos elementos construtivos que compõem a identidade do lugar.

A *rehabilitation* (reabilitação) deve ser compreendida em um escopo mais circunscrito e normativo. Em muitos contextos regulatórios e técnicos, reabilitar significa reparar, alterar ou realizar acréscimos a uma propriedade de valor histórico ou cultural para viabilizar um uso contemporâneo compatível. A premissa da reabilitação é que as características que definem o valor patrimonial da edificação devem ser impreterivelmente preservadas durante o processo de atualização tecnológica e espacial.

Por outro lado, o conceito de *building adaptation* (adaptação edilícia) abarca qualquer intervenção no edifício — estrutural, técnica, funcional ou operacional — destinada a ajustar o espaço a novas demandas sem, contudo, exigir necessariamente uma mudança no uso primário ou o envolvimento de uma estrutura patrimonial tombada. É o processo contínuo de alinhar o desempenho do edifício às flutuações das necessidades humanas e climáticas ao longo de seu ciclo de vida.

Neste estudo, adota-se a terminologia "Reabilitação Adaptativa" para descrever o processo estratégico que funde a sensibilidade patrimonial da reabilitação com a reinvenção funcional do reuso adaptativo. Esta escolha não é fortuita; ela sublinha a tese central da autora de que intervir na preexistência exige adaptar o ambiente para torná-lo habilitante para as atividades contemporâneas (incluindo o envelhecimento), enquanto se reabilita o seu valor cultural intrínseco. É nessa intersecção que opera a mitigação da vulnerabilidade de habitabilidade.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

3. Metodologia: Revisão Crítica e Construção do Framework

Para evitar a dispersão teórica e a formulação de um artigo puramente especulativo, adotou-se o desenho metodológico de uma revisão crítica estruturada. Esta abordagem distancia-se das revisões bibliográficas de caráter exclusivamente descritivo, comuns em introduções acadêmicas, pois exige a síntese argumentativa e a formulação de um novo instrumento analítico aplicável. O objetivo do método não é enumerar o que já foi dito sobre reuso, mas extrair os critérios essenciais que sustentam a continuidade de uso com equidade espacial.

A estratégia de busca baseou-se na intersecção de três campos disciplinares fundamentais: a teoria da conservação arquitetônica, o desempenho e ciclo de vida das edificações, e a gerontologia ambiental e a acessibilidade. Foram consultadas bases de dados reconhecidas (Scopus, Web of Science) e examinadas obras teóricas seminais, priorizando publicações que problematizam as tensões e os trade-offs inerentes às intervenções no tecido construído histórico.

A seleção das fontes obedeceu a critérios rigorosos de pertinência temática e solidez científica. Foram excluídos os estudos que abordavam a reabilitação de edifícios apenas sob a lógica da viabilidade econômico-financeira de curto prazo, bem como aqueles que tratavam a acessibilidade meramente como um checklist normativo desvinculado da experiência humana. A análise focou na identificação dos "gargalos" que tradicionalmente impedem que edifícios históricos adaptados sejam verdadeiramente habitáveis por populações em processo de envelhecimento.

O processo de análise e síntese dos dados resultou na organização orgânica de sete dimensões analíticas críticas. Estas dimensões não foram definidas a priori, mas emergiram do contraste entre a literatura de conservação e as demandas da habitabilidade contínua. Elas formam a espinha dorsal do framework proposto: Valores da Preexistência, Compatibilidade Programática, Desempenho Ambiental, Habitabilidade e Diversidade Humana, Flexibilidade Estrutural, Impactos Urbanos e Continuidade de Uso.

Esta estrutura metodológica garante a reprodutibilidade do raciocínio e ancora a proposição do framework em evidências sólidas da teoria e da prática da reabilitação adaptativa. O método assegura que o instrumento de decisão formulado na Seção 6 deste artigo seja uma ferramenta científica testável, capaz de avaliar se um projeto de reuso fortalece ou enfraquece a vulnerabilidade da relação pessoa-ambiente ao longo do tempo.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

4. Valores da Preexistência e Compatibilidade Programática

O ponto de partida de qualquer reabilitação adaptativa responsável é o reconhecimento acurado dos valores imbuídos na preexistência. A arquitetura histórica ou existente não é um recurso neutro; ela é portadora de significados, memórias sociais e características construtivas singulares. Intervir neste tecido exige decifrar as "camadas" do edifício para distinguir o que é essencial para a manutenção de sua identidade daquilo que é anexo e passível de substituição ou alteração profunda.

O valor de uma edificação não reside exclusivamente em sua estética ou antiguidade. O significado coletivo, o papel do edifício na conformação da paisagem urbana e a sua memória de uso pelas comunidades locais são frequentemente mais relevantes do que a pureza estilística de sua fachada. Uma reabilitação que higieniza excessivamente o espaço, apagando as marcas do tempo e as cicatrizes do uso anterior, pode incorrer em um ato de falsificação histórica, transformando o patrimônio em um cenário desvitalizado.

A preservação desses valores está intrinsecamente condicionada à compatibilidade programática, ou seja, à vocação natural do edifício para absorver o novo uso proposto. Inserir um programa de alta densidade populacional e tecnológica em uma estrutura frágil e compartimentada exigirá intervenções destrutivas. A reabilitação bem-sucedida baseia-se na sinergia espacial: o novo programa deve encaixar-se nas características espaciais existentes com o mínimo de atrito construtivo possível.

A compatibilidade deve ser avaliada não apenas do ponto de vista métrico (áreas e volumes), mas sob a lente da exigência de infraestrutura (sistemas de climatização, exaustão, rotas de fuga). Um galpão industrial, com seus grandes vãos livres e pé-direito duplo, apresenta alta compatibilidade para usos coletivos e expositivos, mas pode impor desafios hercúleos de desempenho térmico e acústico caso seja convertido em habitações unifamiliares, exigindo inserções maciças que desfiguram sua tipologia original.

Portanto, a decisão projetual não se resume a "o que" o mercado deseja colocar dentro do edifício, mas a "o que" o edifício suporta acomodar com dignidade e respeito à sua integridade. O conflito entre o desejo de preservação e a necessidade de adequação funcional é inerente ao reuso adaptativo, e a função do arquiteto é mediar esta tensão, garantindo que a nova camada de uso seja distinguível da preexistência, legível, compatível e reversível.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

5. Habitabilidade, Ageing in Place e a Casa-Órtese no Tecido Existente

A dimensão frequentemente mais negligenciada nos projetos de reabilitação patrimonial é a garantia da habitabilidade universal e contínua. Existe uma perigosa falácia de que edifícios históricos, por sua natureza construtiva antiga, estariam dispensados (ou, no mínimo, perdoados) de cumprir as severas exigências de acessibilidade e desempenho humano contemporâneas. Essa visão perpetua a exclusão sistemática de idosos e pessoas com deficiência de frações significativas da cidade consolidada.

Integrar o conceito de *ageing in place* à reabilitação adaptativa é uma manobra científica estratégica e disruptiva. Trata-se de reivindicar que a adaptação do estoque construído deve servir primariamente para ancorar as pessoas aos seus territórios de origem. A conversão de edifícios subutilizados em habitações intergeracionais ou a requalificação de equipamentos comunitários no centro histórico são os mecanismos que viabilizam o envelhecimento ativo na cidade, contrariando a lógica do exílio de populações idosas para periferias desassistidas.

A reabilitação deve ser analisada através das lentes da vulnerabilidade na interação pessoa-ambiente. Se um projeto de reuso insere rampas e elevadores, mas falha em prever espaços de socialização seguros, iluminação adequada para olhos senis e mitigação de ruído urbano exacerbado, ele resolve um problema normativo de acessibilidade, mas não alcança a habitabilidade plena. A intervenção deve visar a independência funcional sem suprimir a autonomia decisória do sujeito.

É neste ponto que a fundamentação teórica se alinha aos princípios gerais da Casa-Órtese (Belletato, 2023). Quando o conceito migra do nível residencial para a macroescala da edificação adaptada, postula-se que o próprio edifício reabilitado deve assumir um caráter protético. O tecido construído adaptado deve agir como um suporte que compensa declínios sensoriais e motores, antecipando as necessidades humanas não apenas em momentos de crise aguda, mas de forma estrutural e invisível no desenho do espaço.

O sucesso da reabilitação não se mede apenas pela beleza do contraste entre o antigo tijolo e o novo aço, mas pela eficácia com que essa nova configuração previne quedas, promove a orientação espacial, estimula encontros comunitários e protege a dignidade dos corpos mais frágeis que a habitarão. A habitabilidade, neste contexto, não é um apêndice do projeto; é a condição *sine qua non* para a validação ética de qualquer intervenção em edifícios preexistentes.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

6. Framework Autoral Decisório para Reabilitação Adaptativa

Com base nas tensões mapeadas pela revisão crítica, formula-se o Framework de Continuidade Arquitetônica e Humana. Este instrumento analítico é a contribuição autoral primária desta pesquisa, desenhado para organizar a complexidade da tomada de decisão em projetos de intervenção. Ele não propõe uma fórmula engessada, mas estabelece os parâmetros e as perguntas críticas que devem ser rigorosamente respondidas para assegurar que a reabilitação seja ética, sustentável e inclusiva.

O framework atua desvelando os "trade-offs" inerentes à prática. Em cenários reais, maximizar uma dimensão pode significar o sacrifício parcial de outra. Por exemplo, a adequação de rotas acessíveis e instalações de suporte à vida em um casarão histórico pode exigir alterações severas na planta original (comprometendo a integridade morfológica da preexistência em prol da habitabilidade universal). A ferramenta força o arquiteto a justificar tecnicamente o equilíbrio alcançado.

As sete dimensões do framework operam de forma interdependente. Uma alta pontuação na preservação material perde o seu valor social se a intervenção catalisar um processo agudo de gentrificação que resulta no deslocamento de comunidades inteiras (falha na dimensão de Impactos Urbanos e Sociais). A reabilitação adaptativa é proposta aqui como um ato de responsabilidade sistêmica que extrapola os limites do lote.

A Tabela 1 esquematiza o framework, vinculando cada dimensão a uma pergunta crítica norteadora e ao risco potencial associado à negligência daquele parâmetro. O uso desta matriz visa proteger a integridade do processo de *Ageing in Place*, assegurando que as adaptações em edifícios consolidados resultem em espaços que promovam a continuidade de uso com equidade e alto desempenho ao longo do ciclo de vida.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

Dimensão do Framework	Questão Crítica e Avaliação Projetual	Risco de Inadequação Projetual
1. Valores da Preexistência	O que deve permanecer para garantir a manutenção do significado social e da integridade tipológica original?	Preservar a aparência cênica da fachada, destruindo a estrutura espacial que conferia valor autêntico.
2. Compatibilidade	A inserção do novo programa requer alterações estruturais excessivas e desproporcionais às capacidades do edifício?	Forçar uma volumetria funcional incongruente, gerando "cicatrizes" indesejáveis na pré-existência.
3. Desempenho e Ciclo de Vida	A intervenção equaciona eficientemente a pegada de carbono, o isolamento termohigrométrico e os custos operacionais?	Produzir uma intervenção de sustentabilidade discursiva (greenwashing), omitindo a onerosidade de manutenção futura.
4. Habitabilidade (Ageing in Place)	O projeto elimina barreiras, neutraliza riscos cognitivos e compensa limitações físico-motoras inerentes ao envelhecimento?	Configurar espaços capacitistas que exigem segregação espacial ou confisco da autonomia do usuário idoso.
5. Flexibilidade e Reversibilidade	A edificação detém resiliência material e modularidade para absorver futuras transformações sem perdas de significado?	Promover intervenções destrutivas e definitivas, acelerando a obsolescência da própria reabilitação.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

Dimensão do Framework	Questão Crítica e Avaliação Projetual	Risco de Inadequação Projetual
6. Impactos Urbanos e Sociais	Quais os efeitos socioespaciais no entorno? A adaptação serve aos interesses comunitários prévios?	Fomentar valorização imobiliária predatória, resultando em deslocamento e exclusão sistêmica.
7. Continuidade de Uso	As camadas da história e da vida contemporânea se fundem, garantindo vitalidade real ao ambiente construído?	Produzir uma obra "museificada" e inerte, caracterizando um processo de reuso sem permanência social significativa.

Tabela 1 — Framework decisório de sete dimensões analíticas críticas e mitigação de riscos na reabilitação adaptativa. Fonte: elaboração própria.

A aplicação deste modelo propõe uma avaliação contínua em cada etapa do projeto. É mister sublinhar que, embora o framework não resolva magicamente as disputas programáticas, ele assegura a transparência da tomada de decisão. Documentar porque a dimensão do desempenho foi preterida em favor da dimensão da conservação material (ou vice-versa) constrói uma prática da arquitetura pautada em evidências sólidas, fundamental para o avanço da disciplina em contextos habitacionais críticos.

Considerações Finais e Agenda de Pesquisa

A reabilitação adaptativa apresenta-se como a fronteira de intervenção mais complexa e promissora da arquitetura contemporânea. O edifício existente condensa não apenas a crônica da ocupação urbana, mas o desafio material de equalizar a história com a modernidade. Este estudo argumentou veementemente que a boa intervenção no patrimônio edificado é desprovida de valor intrínseco se não assegurar, em paralelo, a continuidade humana, o acesso equitativo e o suporte funcional contínuo no cenário do *ageing in place*.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

A análise estruturada das sete dimensões críticas do framework evidencia que a tomada de decisão no reuso não obedece a uma métrica linear. A compatibilidade técnica frequentemente atritará com a dimensão da habitabilidade universal, da mesma forma que as exigências de acessibilidade demandarão sacrifícios calculados da autenticidade histórica original de arranjos internos. Reconhecer, evidenciar e arbitrar cientificamente essas tensões diferencia a verdadeira prática da reabilitação pautada em evidências da mera reforma predial empírica.

O impacto potencial desta abordagem para as políticas públicas habitacionais é expressivo. Cidades munidas de vastos estoques imobiliários subutilizados, localizados em tecidos consolidados próximos a serviços essenciais e saúde, devem observar a conversão adaptativa como o principal mecanismo de produção de habitação apoiada de baixo carbono e alto valor de pertencimento. Essa perspectiva redefine a habitação idosa: do isolamento e homogeneidade do asilo ou periferia para a diversidade vibrante dos centros requalificados.

Os conceitos aqui delimitados — Reabilitação Adaptativa, Casa-Órtese aplicada à macroescala, Vulnerabilidade de Habitabilidade e Continuidade de Uso — configuram um núcleo teórico robusto. A adoção irrestrita destas balizas impõe restrições severas, mas estritamente éticas, às ações que pretendem "revitalizar" o tecido das cidades, vedando o uso predatório e insensível das tipologias consolidadas pelo tempo.

Como desdobramento investigativo futuro, impõe-se a aplicação prática deste framework proposto em estudos de caso tipológicos distintos, tais como antigas fábricas, escolas devolutas e edifícios de escritórios pós-industriais convertidos em residências com foco multigeracional. A verificação da eficácia e da calibração destas dimensões em contextos regulatórios complexos chancelará este método, propiciando caminhos práticos para intervir na cidade existente com maestria arquitetônica, respeito à vida prolongada e justiça socioterritorial autêntica.

Referências

BRAND, Stewart. How Buildings Learn: What Happens After They’re Built. New York: Viking, 1994.

BULLEN, Peter A.; LOVE, Peter E. D. Adaptive reuse of heritage buildings. Structural Survey, v. 29, n. 5, 2011.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

DOUGLAS, James. Building Adaptation. 2. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006.

ICOMOS. The Venice Charter: International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites. Venice: ICOMOS, 1964.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. Contemporary Theory of Conservation. Oxford: Elsevier, 2005.

PLEVOETS, Bie; CLEEMPOEL, Koenraad Van. Adaptive Reuse of the Built Heritage: Concepts and Cases of an Emerging Discipline. London: Routledge, 2019.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 13/02/2026 | aceito: 15/02/2026 | publicação: 18/02/2026

UNESCO. Recommendation Concerning the Historic Urban Landscape. Paris: UNESCO, 2011.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.